

# **Estudos agrários no Brasil: modernização, violência e lutas sociais (desenvolvimento e limites da Sociologia Rural no final do século XX)<sup>1</sup>**

## **Anita Brumer**

Doutora em Sociologia pela Hebrew University of Jerusalém (1980)  
Professora Titular de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS  
Pesquisadora do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq (Nível 1A)  
Endereço profissional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas –  
Av. Bento Gonçalves, 9.500, prédio 43.311, sala 210, Agronomia – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil –  
CEP: 91.509-900. Caixa-Postal: 15055. Telefone: (51) 3316-6890. Fax: (51) 3316-6890.  
Endereço eletrônico: [anita@vortex.ufrgs.br](mailto:anita@vortex.ufrgs.br)

## **José Vicente Tavares dos Santos**

Doutor em Sociologia pela Université de Paris X, Nanterre (1987)  
Professor Titular de Sociologia da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS (Porto Alegre, Brasil)  
Pesquisador do Conselho Nacional de Pesquisa e Desenvolvimento – CNPq (Nível 1A)  
Endereço profissional: Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas –  
Av. Bento Gonçalves, 9.500, prédio 43.311, sala 210, Agronomia – Porto Alegre, Rio Grande do Sul, Brasil –  
CEP: 91.509-900. Caixa-Postal: 15055. Telefone: (51) 3316-6890. Fax: (51) 3316-6890.  
Endereço eletrônico: [jvcenten@ifch.ufrgs.br](mailto:jvcenten@ifch.ufrgs.br)

## **Resumo**

O trabalho traça um panorama dos processos sociais agrários no Brasil nas últimas décadas do século XX, através de resultados de pesquisas de diversos autores. Destaca alguns eixos de pesquisa sobre a sociedade rural brasileira, com base em informações e interpretações realizadas por alguns cientistas sociais brasileiros e em novas referências bibliográficas, às quais os autores agregam suas próprias considerações. São examinadas: a institucionalização da Sociologia Rural no Brasil; as principais temáticas dos estudos agrários; as classes sociais no campo e as formas de dominação; organizações, lutas, conflitos e violência no campo.

**Palavras-chave:** Sociologia Rural no Brasil; processos sociais agrários no Brasil; questões agrárias no Brasil.

## **Resumen**

### **Estudios agrarios en el Brasil: modernización, violencia e luchas sociales (desarrollo y fronteras de la Sociología Rural en el final del siglo XX)**

Este trabajo hace una descripción sobre el procesos sociales agrarios en el Brazil en las décadas pasadas del siglo XX, por medio de resultados de investigaciones de diversos autores. Destaca algunas temáticas de investigación el respecto de la sociedad rural brasileña, con énfasis en informaciones e interpretaciones hechas por algunos científicos sociales brasileños y en nuevas referencias bibliograficas, las cuales los autores agregam sus propias consideraciones. Son analizados: la institucionalización de la Sociología Rural en el Brazil; las principales temáticas de los estudios agrarios; las clases sociales en el

---

<sup>1</sup> Este texto foi publicado anteriormente em: Diego E. Piñeiro (org.). 30 años de Sociologia Rural en América Latina. Montevideo: Asociación Latinoamericana de Sociologia Rural, 2000. Agradecemos a gentil colaboração de Maria Nazareth Baudel Wanderley, Maria Aparecida Moraes e Silva, Júlia Guivant e Maria Stela Grossi Porto, na elaboração da bibliografia consultada.

campo y maneras de la dominación; organizaciones, luchas, conflictos y violencia em el campo.

**Palabras clave:** Sociologia Rural en el Brazil; procesos sociales agrarios en el Brazil; cuestiones agrarias en el Brazil.

### **Abstract**

#### **Agrarian studies in Brazil: modernization, violence and social struggle (The development and limits of Rural Sociology at the end of 20<sup>th</sup> century)**

Through a review of recent agrarian studies literature, this article surveys agrarian social processes in Brazil in the last decades of the 20<sup>th</sup> century. The research findings of several Brazilian social scientists are examined along with newer bibliographic references and the observations of the authors. The main themes analyzed include the institutionalization of Rural Sociology in Brazil; changes in the thematic focus of agrarian studies; rural social classes and forms of domination; rural organizations, struggle, conflict, and violence.

**Keywords:** Rural Sociology in Brazil; agrarian social process in Brazil; agrarian questions in Brazil.

Percorrer os caminhos da modernização, da violência e das lutas sociais, na sociedade brasileira do final do século, implica situar o estudo no contexto dos efeitos da globalização da sociedade e da economia contemporâneas nas transformações da estrutura e espaço social agrários. Ao mesmo tempo, está se desenvolvendo um processo de constituição de formas sociais marcadas pelos efeitos excludentes das políticas neo-liberais, desencadeando novos conflitos sociais e, por vezes, ameaçando a consolidação da democracia em diversos países, entre os quais se inclui o Brasil.

Configura-se o paradoxo dos processos sociais agrários no Brasil: as modificações das agroindústrias e as diversas modalidades de economia contratual na agricultura, protagonizadas por vários agentes sociais, indicam uma modernização da agricultura; porém, essa modernização está acompanhada por um aumento da exclusão social, das migrações campo-cidade e da pauperização dos camponeses, bem como pela difusão da violência política e costumeira. Ambos os processos fazem com que as lutas agrárias adquiram uma centralidade na cena social e política, pois evidenciam os limites da democratização na sociedade brasileira do final do século XX. Por consequência, os estudos agrários reafirmam sua característica de se constituírem num saber necessário para compreendermos a dinâmica do desenvolvimento social e da expansão da democracia no Brasil. Desejamos sugerir, neste artigo, que os cientistas sociais brasileiros têm conseguido, com acuidade, rigor analítico e perspicácia política, construir explicações sociológicas capazes de fazer face a tal desafio societal.

### **A Sociologia dos Processos Sociais Agrários nas últimas décadas**

Para fazer uma breve apresentação dos rumos da sociologia dos processos sociais agrários no Brasil nas últimas três décadas, era necessário decidir entre uma das possíveis abordagens da questão. Uma delas, a resenha bibliográfica, feita anteriormente, pelo menos em parte, por alguns autores (HAGETTE et alii, 1978; GNACCARINI e MOURA, 1983; ANTUNIASI e BERGAMASCO, 1985; BRUMER, 1989), requereria um exame detalhado da produção bibliográfica produzida em diversos centros de pesquisa e de pós-graduação brasileiros, que consiste, na maioria dos casos, em trabalhos não publicados.

Outra opção, por nós adotada, consiste num ensaio analítico. Através dele, propomos a salientar alguns aspectos relevantes da pesquisa sobre a sociedade rural brasileira, sem qualquer pretensão de exaurir sistematicamente o tema. Nesta tarefa, valemo-nos de informações e interpretações já apresentadas por alguns cientistas sociais brasileiros (TAVARES DOS SANTOS, 1991; SIGAUD, 1992; WANDERLEY, 1998; ABRAMOVAY, 1992), aos quais agregamos novas fontes bibliográficas e nossas próprias considerações.

Em outras palavras, desejamos dar continuidade a uma reflexão sobre os estudos agrários no Brasil, no final do século XX, adotando uma “visão complexa da realidade social, tanto mais necessária quando se trata de análises específicas de conjunturas históricas particulares, e em espaços nos quais as formas de vida e de produção estão em processo de transformação. Por outro lado, partimos da necessidade de reconstruir um espaço social de relações, resgatando, assim, um pensamento relacional que procura perceber as relações que as classes e os grupos sociais mantêm entre si e com as estruturas econômicas, políticas e ideológicas nas quais eles estão posicionados” (TAVARES DOS SANTOS, 1991, p. 41).

Uma análise do desenvolvimento das pesquisas sobre Sociologia Rural no Brasil deve levar em consideração a importância do processo de institucionalização da disciplina, através da criação de cursos de pós-graduação, da oferta de recursos para pesquisa e do estabelecimento de fóruns de discussão, para sua consolidação. No caso da criação de programas de pós-graduação, sua importância está no fato de boa parte da produção sociológica brasileira, nos últimos 35 anos, estar direta ou indiretamente ligada a eles, através da produção de dissertações de mestrado e teses de doutorado, livros, capítulos de livros e artigos (podemos estimar essa parte em 25% da produção sociológica brasileira total). Outra consequência, como indica Martins (1997, p. VI), é que a institucionalização das pesquisas, através das universidades, viabilizou o conhecimento científico, crítico, independente e neutro em relação aos interesses dos diversos protagonistas. Os financiamentos para a pesquisa geralmente atendem uma demanda da própria sociedade produtora de conhecimentos, mas às vezes também atuam como indutores de pesquisas. Nesse caso, direcionam recursos para temas considerados prioritários pelo governo brasileiro ou por entidades não governamentais promotoras, ao mesmo tempo em que viabilizam o deslocamento de pesquisadores para participarem em fóruns de discussão.

Estes, por sua vez, possibilitam a construção de uma agenda de pesquisa em torno das temáticas relevantes e das abordagens teóricas e metodológicas utilizadas pelos pesquisadores, garantindo a legitimidade dos temas, dos indivíduos e de suas instituições. É interessante a observação de Newby (1982) de que uma definição ‘fácil’ e conveniente de ‘rural’ consiste em precisá-lo de acordo com o que fazem os que se intitulam a si mesmos sociólogos rurais, o que é feito principalmente graças à institucionalização da disciplina.

Outro aspecto que consideramos fundamental no processo de institucionalização da disciplina é o delineamento das principais temáticas que centralizaram a atenção dos pesquisadores envolvidos. Ao acompanharem o desenrolar dos acontecimentos sociais e históricos, caracterizam-se por uma associação entre tempo e contexto, entre história e ciências sociais.

De um tema hegemônico nas ciências sociais brasileiras nas décadas de 50 e 60, e ainda com grande importância nas décadas de 70 e 80, as análises sobre as relações sociais no meio rural perderam espaço para outras temáticas. Nos anos 90, enquanto alguns temas de pesquisa social sobre o rural passaram a encontrar menor número de seguidores, as lutas sociais e a efervescência política em torno da luta pela reforma agrária deram um novo vigor ao rural como tema. Ao mesmo tempo, foram retomadas pesquisas sobre o significado de ‘rural’ e de ‘ruralidade’, devido, principalmente, à diminuição relativa e absoluta da população rural e à maior integração rural-urbano e da agricultura com a indústria.

## A institucionalização da sociologia rural no Brasil

O processo de institucionalização da sociologia rural no Brasil teve início nos anos 50 na Universidade de São Paulo, onde foram desenvolvidos estudos influenciados pelos clássicos da sociologia como Marx e Max Weber, mas também por Redfield, Lévi-Strauss, Bastide, Gurcich e Mendras (BRUMER e TAVARES DOS SANTOS, 1994), continuando nos anos 60, com a criação dos primeiros programas de mestrado no país. Embora a concepção desses programas fosse anterior ao Golpe Militar de 1964, sua implementação deu-se nos primeiros anos desse governo; foram criados, assim, programas de pós-graduação, em nível de Mestrado, de disciplinas voltadas ao estudo do rural (Agronomia, Veterinária, Economia Rural e Sociologia Rural), em quatro universidades brasileiras (UFRGS, USP – Piracicaba, Universidade Federal de Viçosa e Universidade Federal Rural de Pernambuco). Esses programas estavam incluídos no Acordo MEC-USAID, como parte do Programa “Aliança para o Progresso” do governo norte-americano. Através desses programas, estabelecia-se uma associação entre as universidades brasileiras envolvidas e algumas universidades norte-americanas com forte vocação para os estudos sobre o rural<sup>2</sup>, tendo como meta o desenvolvimento da agricultura (ponto IV do Acordo). Visava-se, antes de tudo, ao aumento da produção e à melhoria das condições de vida da população rural, com o objetivo de evitar a radicalização política (a revolução cubana de 1959 servindo como o principal exemplo a ser evitado) e os conflitos no campo.

Os programas de mestrado em Sociologia Rural criados no Brasil dentro do Acordo MEC-USAID apresentavam algumas características comuns: a) forte associação com a economia rural, sendo predominante a influência dos profissionais dessa disciplina na definição das características dos cursos de Sociologia Rural e dos temas de pesquisa neles desenvolvidos; b) orientação teórica proveniente da sociologia norte-americana, fortemente caracterizada pelo positivismo empiricista; c) atuação direta, pelo menos durante os primeiros anos de funcionamento, de professores norte-americanos; d) formação pós-graduada dos professores desses cursos na universidade norte-americana com a qual se vinculavam através do Acordo MEC-USAID.

A relação entre as universidades brasileiras e norte-americanas, nessa associação, era inequivocamente desigual, cabendo aos profissionais estrangeiros o papel de formadores, incentivadores, reprodutores de conhecimento, de idéias e de orientações teórico-metodológicas. O sucesso desse modelo de pós-graduação explica-se, em grande parte, pelos recursos financeiros colocados à sua disposição. Outro fator deve-se à Ditadura Militar, que por um lado dificultava o estabelecimento de um modelo alternativo e por outro mantinha sob censura o tema dos conflitos sociais. Seus limites, porém, tornam-se evidentes quando começam a ser implantados cursos com orientação distinta, fóruns de discussão pluralista e um sistema de avaliação de cursos de pós-graduação composto por membros de outras áreas temáticas.

Esses cursos foram criados no bojo da implantação do programa de modernização do campo brasileiro (BRUMER, 1989): como alternativa à reforma agrária, procurava-se vencer a barreira da resistência às inovações, implantar um sistema de crédito rural eficiente e disseminar as novas técnicas de produção agrícola visando aumentar a produtividade e o volume de produção. Da sociologia rural esperava-se uma contribuição nesse esforço coletivo das ciências agrárias, com destaque para pesquisas sobre o processo de comunicação agrícola e a adoção de inovações, como auxiliar da pesquisa agrônoma e da extensão rural.

Newby (1982) faz uma crítica contundente a esse tipo de pesquisas, considerando irônico que o modelo da sociologia rural norte-americana, que apresentava uma crise de legitimidade em seu próprio país, tenha sido adotado em outros países, onde obteve confiança maior. Para ele, o estilo apresentado por essa disciplina caracterizava-se como

<sup>2</sup> Newby (1982) refere-as como Land Grant Colleges, assim chamadas porque uma lei aprovada em 1862 estipulava a doação de terras federais aos estados que autorizassem a criação de instituições universitárias dedicadas ao ensino de disciplinas vinculadas com a agricultura e com as artes mecânicas.

positivista, indutivo, quantitativo e ‘aplicado’, resultado do ‘enclausuramento teórico’ e do ‘monismo metodológico’ a que foi submetida.

Na Universidade de São Paulo, autores ligados à escola de sociologia crítica de Florestan Fernandes desenvolveram análises acerca dos processos sociais agrários, desde meados dos anos 60. Destaca-se o primeiro trabalho de Antonio Cândido, orientado pelo conceito dos “mínimos vitais” identificadores do campesinato brasileiro, ou seja, de populações rurais cujo modo de vida baseava-se na produção de subsistência (CÂNDIDO, 1964). Maria Sílvia de Carvalho escreveu sobre os homens livres e pobres na sociedade escravista – inspirada em Marx e Weber – chegando a indicar a violência entranhada na realidade social, a violência costumeira (CARVALHO FRANCO, 1969). Por outro lado, Maria Isaura Pereira de Queiroz iniciou uma vasta obra sobre os movimentos messiânicos e o campesinato brasileiro.

Vários trabalhos de Octavio Ianni, na USP e depois na UNICAMP, abordaram as metamorfoses das classes e raças no Brasil, das relações de produção no campo, da cultura do homem rústico, das organizações políticas e das políticas agrárias do regime autoritário-militar. Recentemente, seus estudos sobre a cultura latino-americana enfocaram, em um e outro momento, dimensões da questão agrária e da violência rural no contexto de formação da sociedade global (IANNI, 1968, 1978, 1979, 1984). O importante trabalho de José César Gnaccarini, baseado nas análises de Marx sobre o trabalho e a luta de classes e também nos escritos de Weber sobre os tipos de dominação e a ação racional, procurou explicar a desagregação da sociedade escravocrata e a formação da empresa capitalista no campo, ressaltando que esse processo foi marcado por uma violência estrutural (GNACCARINI, 1980).

A obra de José de Sousa Martins iniciou por uma reconstrução histórica das relações sociais de produção não-capitalistas, desenvolveu uma sociologia do campesinato e das relações dos camponeses com a política, demarcando uma crítica teórica dos pressupostos da “sociologia rural”. Mais recentemente, Martins tem se preocupado com a participação das classes subalternas rurais nos processos políticos brasileiros, com particular ênfase nas lutas pela terra, nas formas de violência no campo, em particular o trabalho escravo, e nos processos de constituição de uma comunidade utópica; atualmente, estuda os linchamentos na sociedade brasileira e o poder do atraso (MARTINS, 1981, 1989, 1994, 1997).

No Museu Nacional do Rio de Janeiro, foi criado, em 1968, o curso de mestrado em Antropologia Social, associado a um grande projeto de investigação intitulado “Estudo comparativo do desenvolvimento regional”, que privilegiava a pesquisa de ‘temas’ rurais (SIGAUD, 1992). Embora a disciplina envolvida fosse a antropologia, a ênfase no ‘social’ indicava sua proximidade com a sociologia, destacando-se seu interesse em estudos e pesquisas sobre o rural. Fundando sua orientação teórica-metodológica na antropologia social francesa e inglesa, e com base na teoria marxista clássica e contemporânea, os primeiros estudos agrários nessa instituição foram de autoria de Moacir Palmeira, Octavio Velho, Afrânio Garcia e Lygia Sigaud.

Na década de 70, período de expansão da pós-graduação brasileira, foram criados diversos programas de pós-graduação em Sociologia no País, nos quais a temática ‘rural’ era considerada como um entre diversos temas de interesse. Três dos cursos estabelecidos nesse período, no entanto, apresentavam ênfase no rural: o curso de pós-graduação, em nível de Mestrado, em Sociologia Rural da Universidade da Paraíba (campus de Campina Grande), criado em 1977; o curso de Pós-Graduação em Sociologia Rural e Urbana da UNESP, criado em 1981; e o Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA), atualmente vinculado à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ), o qual, desde sua criação, mantém uma abordagem multidisciplinar.

No início da década de 90 existiam no Brasil 13 cursos de pós-graduação em Sociologia, três dos quais ofereciam uma formação específica em Sociologia Rural. A temática do rural também se fazia presente nos demais cursos (BAETA NEVES, 1991).

Durante a década de 90, observou-se a tendência de os cursos de pós-graduação em sociologia rural perderem sua condição independente, seja pela ampliação de suas abordagens temáticas, seja pela associação a programas de Sociologia (como ocorreu com

os dois cursos de mestrado do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS, Sociologia Rural e Sociologia, reunidos num só Programa de Pós-graduação em Sociologia, em nível de Mestrado e de Doutorado, em 1992, e com os cursos de mestrado dos dois campi da Universidade Federal da Paraíba, um em Sociologia Rural - Campina Grande – e o outro em Sociologia – João Pessoa). Como resultado, houve um acréscimo de embasamento teórico e de refinamento metodológico, com expressiva elevação da qualidade dos trabalhos acadêmicos realizados.

Os fóruns de discussão científica constituem meios importantes para a definição da importância de determinadas temáticas e para a afirmação de seus pesquisadores no meio acadêmico, ao mesmo tempo que auxiliam na consolidação das instituições que os abrigam. A sociologia rural encontrou espaço em muitos desses fóruns, entre os quais se podem citar os encontros de disciplinas específicas, tais como a Antropologia (ABA), a Sociologia (SBS), a História (ANPUH) e a Geografia. Três fóruns de discussão de pesquisa merecem ser destacados: o da SOBER, o do PIPSA e o da ANPOCS.

Os encontros anuais da SOBER (Sociedade Brasileira de Economia Rural e Sociologia Rural), criada em 1965 por iniciativa dos economistas rurais dos quatro principais cursos de pós-graduação em economia rural do País e da EMBRAPA (Empresa Brasileira de Pesquisa em Agricultura), profissionais com cursos de pós-graduação em universidades rurais norte-americanas ou nos cursos de mestrado brasileiros com orientação semelhante, abriram um pequeno espaço para a sociologia rural<sup>3</sup>. Da mesma forma, o diálogo entre este fórum de discussão e os demais fóruns mais pluralistas é praticamente inexistente.

Em 1978, foi criado o Projeto de Intercâmbio de Pesquisa Social em Agricultura (PIPSA), um fórum de debates sobre a questão agrária, abrangendo tanto a sociologia rural como outras áreas do conhecimento. Inicialmente, o PIPSA foi mantido através de convênio entre a Fundação Ford e o Centro de Pós-Graduação em Desenvolvimento Agrícola (CPDA). À época de sua criação, o curso vinculava-se à Escola Interamericana de Administração Pública da Fundação Getúlio Vargas, posteriormente passou a se vincular à Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. O Projeto organizava-se em cinco grupos de estudos: Agricultura na Amazônia; Agroindústria, Cooperativas e Grande Produção; Diferenciação da Pequena Produção na Agricultura; Estado e Agricultura; Movimentos Sociais no Campo, passando a incorporar, mais adiante, outras temáticas. Durante os primeiros anos de funcionamento, os encontros nacionais do PIPSA eram anuais, passando depois a bianuais, ao mesmo tempo que se realizavam, de modo intercalar, encontros regionais. No final da década de 90, como resultado principalmente da "crise da disciplina", às vezes alimentada pela "crise do financiamento da pesquisa", os encontros nacionais tornaram-se menos regulares e somente algumas regiões tiveram condições de realizar encontros regionais.

Nos encontros da ANPOCS (Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais), a temática rural era tratada especificamente num dos cerca de 24 grupos de trabalho, embora aparecesse também em outros grupos temáticos, como o de movimentos sociais e o de gênero. Sigaud (1992) destaca que, "enquanto outros GTs se dissolveram ou se fundiram, o GT Estado e Agricultura têm marcado presença em todas as reuniões anuais e têm assegurado a publicação de um ou mais trabalhos no anuário que reúne os considerados como os "melhores trabalhos de cada reunião". Tratando-se de um espaço concorrencial, no qual a sobrevivência de um grupo de trabalho "depende não apenas do interesse dos participantes mas do julgamento de outros pares", a permanência do GT Estado e Agricultura e as publicações são reveladoras de reconhecimento do "tema" e da "qualidade dos trabalhos".

Tendo em vista os esforços desenvolvidos no sentido da institucionalização da sociologia rural no Brasil, chama a atenção o pequeno espaço reservado para as revistas especializadas. Contrariamente à continuidade de periódicos como *Rural Sociology*, nos Estados Unidos, e *Sociologia Ruralis*, na Europa, no Brasil, apesar de terem sido registradas

<sup>3</sup> Assim, não é por acaso que o fórum de discussão de pesquisas da SOBER não tenha sido mencionado nos textos de Gnaccarini e Moura (1983) e Sigaud (1992).

algumas propostas regionais, até agora nenhum periódico conseguiu se implantar como um veículo de divulgação de pesquisas sobre a sociedade rural em nível nacional<sup>4</sup>.

## As principais temáticas dos estudos agrários

Em sua resenha sobre as pesquisas que abordam a temática da estrutura agrária brasileira, Gnaccarini e Moura (1983) destacaram a importância dada às análises empíricas, isto é, ao trabalho de campo, e a ênfase em determinados temas. Entre eles, a questão do campesinato e da pequena produção, a produção capitalista, a cultura rural, através de estudos sobre representações e modo de vida, e as práticas políticas. Este último inclui pesquisas sobre a violência e a participação.

O debate feudalismo *versus* capitalismo, como indicam Gnaccarini e Moura (1983), decorreu da “recusa em conceituar as formas camponesas, com ou sem propriedade privada jurídica da terra, como restos feudais; bem como, por idênticos motivos, uma insatisfação para com a tese de proletarianização no campo, à qual se interpunham, nas pesquisas e nas releituras conceituais, tantos dados e interpretações contrarrestantes”. Associadas ao debate latifúndio *versus* capitalismo, que assumia posicionamentos ideológicos<sup>5</sup>, estavam as análises sobre o campesinato.

Na primeira metade dos anos 80, um grupo de pesquisadores ligados ao Grupo de Estudos “Diferenciação da Pequena Produção na Agricultura”, vinculado ao PIPSA, e coordenado por Maria Helena R. Antunias e Sônia Maria P. P. Bergamasco, produziu uma bibliografia sobre a produção familiar na agricultura brasileira (Antunias e Bergamasco, [1985]), a qual cobria grande parte dos estudos sobre esta temática elaborados até aquela data. Entre os 1.132 trabalhos considerados, os temas mais freqüentes foram: agricultura de subsistência ou agricultura de baixa renda; pequena produção ou pequenos agricultores; mecanismos de reprodução da pequena produção; Estado e agricultura, com ênfase em políticas agrícolas; campesinato e mão-de-obra familiar; arrendatários e parceiros; posseiros; relações de trabalho na agricultura; trabalhadores rurais; estrutura agrária e reforma agrária, migrações e colonização rural; cooperativismo rural; transferência de tecnologias.

Em sua apresentação sintética das principais linhas temáticas em torno da agricultura familiar no Brasil, Wanderley (1998) destacou os seguintes temas: 1) o debate sobre a existência ou não do campesinato no Brasil, incluindo tanto os estudos que procuraram analisar o lugar do campesinato no interior da sociedade colonial e do sistema escravocrata como as análises sobre as formas tradicionais de produção e reprodução do campesinato brasileiro; 2) as perspectivas da agricultura familiar diante do processo de transformação modernizante do setor agrícola e as mudanças por ele provocadas na agricultura camponesa tradicional, as quais ocuparam grande parte das análises em sociologia rural, principalmente durante a década de 70<sup>6</sup>; 3) o significado das fronteiras, isto é, a análise do processo de incorporação de novas terras à agricultura nacional, resultando na ampliação das atividades rurais, tanto com a expansão da grande propriedade como com a criação de novos espaços para a pequena produção mercantil; 4) movimentos sociais dos grupos ou categorias sociais rurais. A autora destaca ainda alguns temas emergentes, tais como: tecnologias alternativas e novas formas de organização da produção, pluriatividade dos agricultores familiares, agricultura e meio ambiente, poder local e gestão municipal.

<sup>4</sup> O periódico mais promissor, neste sentido, é o Estudos Sociedade e Agricultura, editado pelo Curso de Pós-Graduação em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade – CPDA, que lançou o número 15 no início de 2000.

<sup>5</sup> Palmeira, em sua tese de doutoramento intitulada *Latifundium et Capitalisme: lecture critique d'un débat*, concluiu que esse debate apresentava um viés ideológico incontrolado, transcendendo “as questões explicitamente formuladas e os limites declarados do mesmo” (PALMEIRA, 1971, p. 159).

<sup>6</sup> Um dos trabalhos mais significativos sobre esta temática foi a pesquisa coordenada por Graziano da Silva (1978), que registrou a importância dos pequenos estabelecimentos para o abastecimento interno do país.

## As classes sociais no campo: transformações e formas de dominação

Um dos temas que suscitou maior número de estudos, na vasta bibliografia sobre a ‘pequena produção’, foi o da agricultura de subsistência, algumas vezes utilizado como sinônimo de pequena produção e pequenos produtores, sítio e sitiante, e também associado às temáticas da comunidade rural e da agricultura de baixa renda (PEREIRA DE QUEIROZ, 1973; ANTUNIASSI e BERGAMASCO, 1985, p. IX). Com maior frequência o tema é associado à presença de relações sociais específicas da produção familiar na agricultura. Sob a denominação de “comunidade”, são incluídos desde grupos étnicos até unidades geográficas, tais como os bairros rurais, mas alguns trabalhos utilizam uma conceituação sociológica, baseada nas relações sociais que configuram os limites da comunidade.

Porto e Siqueira (1994) analisaram o percurso teórico de alguns conceitos e categorias relativos à pequena produção, com destaque para termos como ‘campesinato’, ‘pequena produção’ (incluindo categorias como parceiro, arrendatário, morador, ocupante e outras), aos quais acrescentamos a expressão ‘agricultura familiar’ ou ‘produção familiar na agricultura’, adotada mais recentemente: “a utilização de determinados conceitos e categorias, longe de ser um procedimento arbitrário, exprime e traduz perspectivas analíticas que remetem, por sua vez, a construções diferenciadas do objeto” (PORTO e SIQUEIRA, 1994, p. 76). Comprovando essa relação, as referidas autoras mostram que o termo ‘camponês’ era utilizado no âmbito de reflexões acerca da definição do modo de produção e de sua dinâmica de funcionamento, principalmente numa oposição latifúndio-minifúndio<sup>7</sup>.

O termo ‘pequena produção’ (ou ‘pequeno produtor’), por sua vez, começou a se delinear, a partir dos anos 70, ligado a dois tipos de processos: o de “transformações políticas do Estado brasileiro, implicando, entre outras coisas, na desarticulação de vários grupos e de movimentos organizados, entre os quais se destaca, no contexto desta reflexão, o das Ligas Camponesas”; e o de “conformação de um modelo de desenvolvimento assentado em políticas de cunho modernizante e que, em termos da agropecuária, traduziu-se no que se convencionou identificar como ‘modernização conservadora’” (PORTO e SIQUEIRA, 1994, p. 79).

Nesta mesma linha de reflexão, podemos considerar que a expressão ‘agricultura familiar’ começa a ser utilizada, a partir dos anos 80, para caracterizar a produção assentada no trabalho familiar: ao mesmo tempo moderna e integrada aos circuitos comerciais e industriais. Nas sociedades modernas, multiplicam-se formas de agricultura familiar não camponesas, as quais, “sob o impacto das transformações de caráter mais geral – importância da cidade e da cultura urbana, centralidade do mercado, mais recentemente globalização da economia, etc. – tentam adaptar-se a esse novo contexto de reprodução, transformando-se interna e externamente em um agente da agricultura moderna” (WANDERLEY, 1999, p. 35).

Outro tema recorrente na bibliografia brasileira é o da modernização e seus efeitos sobre a pequena produção ou sobre a produção familiar na agricultura. Nesse aspecto, assumiu relevância o debate sobre o futuro da pequena produção, no qual se discutia, de um lado, o processo de diferenciação social e a proletarianização dos pequenos produtores e, de outro, os mecanismos de reprodução do campesinato ou da pequena produção. Sob um outro ângulo, alguns estudos enfatizaram as estruturas internas da produção familiar, em busca da demonstração da lógica e da racionalidade da pequena produção, enquanto outros destacaram a subordinação da agricultura de subsistência às relações de produção capitalistas.

Esse tipo de abordagem foi predominante entre os que examinaram a relação do pequeno produtor com a agroindústria, em estudos de caso envolvendo produtos tais como uva, aves, suínos, fumo, soja, leite e cana-de-açúcar. Esses estudos mostraram, por um

<sup>7</sup> Martins (1981, p. 21) já havia indicado o uso relativamente recente das expressões ‘camponês’ e ‘campesinato’, introduzidas pelas esquerdas durante a década de 50, com o objetivo de “dar conta das lutas dos trabalhadores do campo que irromperam em vários pontos do país” naquela década.



lado, como o excedente econômico gerado na agricultura é transferido para o setor não agrícola da economia e, por outro, os vínculos existentes entre a pequena produção e as indústrias processadoras, verificando que esta vinculação reflete uma relação de dominação-subordinação entre os dois setores.<sup>8</sup>

Algumas investigações sobre a agricultura familiar têm sido orientadas por uma sofisticada base teórica, como o livro de Tedesco sobre agricultores da região Nordeste do Rio Grande do Sul, cuja intenção foi “perceber, além das inúmeras transformações no vivido do colono, a partir da relação de produção legitimada pelo direito, as intencionalidades subjetivas que induzem o pequeno produtor familiar a se inserir no modelo produtivista” (TEDESCO, 1999, p. 23). Após criteriosa pesquisa, orientado pela “ótica da tensão/conflito”, o autor pôde “analisar a profunda relação que permanece, mesmo que redefinida, entre família como unidade de produção e convívio (suas tensões nesses âmbitos), o horizonte do trabalho, como conjunto sistêmico de relações estratégicas e de racionalidades adaptativas frente a e inseridas no modelo técnico-econômico e produtivista do meio rural, e a terra como normalizadora do patrimônio, da herança e das formas variadas de sobrevivência” (TEDESCO, 1999, p. 295; TEDESCO, org., 1999).

As abordagens sobre o cooperativismo brasileiro tiveram pelo menos dois enfoques. Por um lado, o cooperativismo é visto como instrumento para solucionar os problemas relativos à comercialização e à modernização da produção familiar. Como indicam Antuniassi e Bergamasco (1985, p. XI), partindo da consideração do cooperativismo como uma estratégia de viabilização da produção familiar, “o cooperativismo é visto como um instrumento de política agrícola, através do qual o Estado poderia implementar a utilização institucional do crédito rural”. Por outro lado, outros estudos são mais críticos em relação ao cooperativismo como meio de viabilização da pequena produção, mostrando-o como “um instrumento da subordinação dos agricultores – camponeses ao capital, na medida em que desenvolve mecanismos de ação através dos quais se torna um tipo de empreendimento econômico capaz de realizar a expropriação do camponês, preservando sua condição de pequeno produtor” (ANTUNIASSI e BERGAMASCO, 1985, p. XI; LOUREIRO, 1981). Rios (1976) estudou o cooperativismo rural, no Nordeste brasileiro, relacionando a estrutura social na qual ele se insere com os tipos predominantes de serviços econômicos prestados e com os principais beneficiários desses serviços em termos de estratos sociais. Abordou a relação de dominação-subordinação que se verifica entre grandes e pequenos produtores e a desvantagem destes na participação numa cooperativa, expresso na categoria “os donos da cooperativa” (ver também Duarte, 1986).

A ocupação de novas terras, como recentemente ocorreu nas regiões Centro-Oeste e Norte, últimas fronteiras agrícolas do país, foi analisada por alguns pesquisadores (VELHO, 1976; IANNI, 1978; SOARES, 1981; ESTERCI, 1987; MUSUMECI, 1988; TAVARES DOS SANTOS, 1993; MARTINS, 1998). Como indica Wanderley (1998, p.29), a ocupação dessas terras “tem envolvido trabalhadores e pequenos produtores rurais de diversas origens, que para lá acorrem, na tentativa de escapar ao ‘cativeiro da terra’ ou de encontrar condições para a reprodução da família camponesa”. Essa ocupação deu-se tanto por programas de colonização públicos quanto na forma de colonização privada, e gerou “numerosos e violentos conflitos pela posse da terra nessas regiões”.

O processo da colonização de novas terras tem sido conceituado e analisado tanto em suas dimensões objetivas quanto subjetivas, pois envolve dimensões simbólicas importantes (TAVARES DOS SANTOS, 1993). Tomasi analisou tais dimensões na ocupação da frente pioneira do Norte do Paraná, mediante uma “arqueologia do discurso sobre o Norte do Paraná e dos silêncios da violência” (TOMASI, 1997). Nos estados de Rondônia e do Mato Grosso, na Amazônia Ocidental, um conjunto de pesquisas tem permitido avaliar o impacto ambiental, econômico e social dos programas de colonização, cuja atualidade e vigor têm surpreendido os analistas. Tais estudos permitem supor que não

<sup>8</sup> Entre os trabalhos mais significativos sobre este tema estão Tavares dos Santos (1978), Sorj (1980), Neves (1981), Garcia Jr. (1983; 1989), Wilkinson (1986), Loureiro (1987), Lovisoló (1989), Paulilo, 1990 e Neves (1997).

se descartam as possibilidades de retomada da política de colonização dentre as políticas agrárias do Estado brasileiro. (RIBEIRO, 1987; BARP e SINED, 1990; CASTRO, 1994).

As demais classes sociais atuantes no campo de conflitos agrários, os assalariados rurais e a burguesia agrária, atraíram um número menor de pesquisadores. De acordo com Martins (1997, pp. VI-VII), “essas categorias sociais foram tratadas de passagem como categorias em extinção, como resquícios do passado, sem presença e sem vontade histórica conseqüentes no cenário político brasileiro”.

Na análise dos trabalhadores assalariados, alguns poucos estudos, ao examinar as condições de produção de produtos como o café e a cana-de-açúcar, destacaram as relações sociais que vinculam os trabalhadores temporários (os bóia-frias), aos empresários capitalistas e aos seus intermediários (os “gatos”). Os estudos evidenciaram tanto a expropriação do trabalhador como as péssimas condições de vida e de trabalho a que são submetidos.

Na análise da burguesia rural, um número ainda mais reduzido de trabalhos examinou seus principais interesses e sua atuação política, principalmente no confronto com os trabalhadores rurais após o fim da ditadura militar. Vale lembrar que o conceito de burguesia rural pode incluir, como indica Bruno (1997) diversos atores sociais unidos em defesa do monopólio da propriedade privada, tais como pecuaristas, industriais, produtores de grãos, empresários à montante e à jusante da porteira da fazenda, banqueiros-proprietários de terra e latifundiários “chapéu de palha”.

A análise de trajetórias de reconversão dos usineiros, feita por Afrânio Garcia, possibilitou evidenciar as estratégias mediante as quais os produtores de açúcar vão reconvertendo o capital fundiário em um capital industrial. Outro caso diz respeito a intelectuais, pois pessoas originárias do capital fundiário, de posição dominante num espaço oligárquico, face às transformações sociais, vão se reconvertendo ao campo da cultura: são filhos de latifundiários que viram intelectuais (GARCIA JR., 1989).

Os grupos dominantes no espaço social agrário ocupam, enquanto uma burguesia agrária, uma posição de domínio, nas esferas econômica, social e política. Os diferentes segmentos da burguesia agrária apresentam uma relação de apropriação material e simbólica com a terra decisiva em suas estratégias de reprodução social. Essa posição funda-se em uma defesa do direito de propriedade, absolutizando a propriedade fundiária, sem nenhuma consideração por sua dimensão social. “A propriedade da terra é o centro histórico de um sistema político persistente. [...] O Estado (é) baseado em relações políticas extremamente atrasadas, como as do clientelismo e da dominação tradicional de base patrimonial, do oligarquismo. No Brasil, o atraso é um instrumento de poder” (MARTINS, 1994, p. 13; MARTINS, 1991, 1997).

Podemos caracterizar sociologicamente a burguesia agrária como uma fração das classes dominantes cuja especificidade é dada pela apropriação da terra (por propriedade, arrendamento ou ocupação) e pela inversão de capital no processo de trabalho agropecuário. Podemos ainda identificar alguns grupos dentro da burguesia agrária, desde os grandes proprietários de terras até os empresários rurais, com diversos ramos produtivos e com variados perfis tecnológicos. A burguesia agrária controla votos, exercendo uma política de clientela que se baseia na troca de votos por concessões políticas, permanecendo como base de sustentação do poder político brasileiro, ocupando uma posição dominante no campo de conflitos agrários (RAMOS, 1995, p. 227).

As classes dominantes agrárias sempre utilizaram a violência como uma tecnologia de poder, aliada às práticas do clientelismo e da cooptação, contra as estratégias de rompimento daquela relação estrutural com a propriedade da terra (TAVARES DOS SANTOS, 1992). Desse modo, “a modernização da dominação se expressa no conflito entre as associações de classe patronal que passam a ser fortalecidas e sua atuação visível, com a luta dos camponeses por uma cidadania”, exercitando-se uma dominação moderna “na qual o poder aparece, cada vez mais, transparente e a violência é uma das únicas armas de sua sustentação que é confrontada com os limites colocados pelos novos mediadores.” (BARREIRA, 1992, p.186).

## Ligas, sindicatos e lutas sociais agrárias

Vários foram os autores que se preocuparam com as organizações rurais, sindicatos e cooperativas. Os estudos iniciaram pela reconstrução histórica das Ligas Camponesas, no Estado de Pernambuco, desde a sua organização, em 1954, até sua desarticulação, em 1964, evidenciando o papel dos camponeses, suas condições de existência social, e a mobilização desse movimento social (ANDRADE, 1964). Porém, esses estudos revelaram que, à medida que apareceu um descolamento entre as bases e a liderança das Ligas, estas entraram em colapso. Por outro lado, desde seu início, as Ligas coexistiram com os sindicatos de trabalhadores rurais, os quais, entre 1954 e 1964, apresentaram uma enorme expansão em todos os estados brasileiros (BASTOS, 1984; MEDEIROS, 1989; NOVAES, 1997).

Eckert (1984) focalizou a luta, durante os anos 60, pela posse e uso da terra no extremo Sul do Brasil, região onde a estrutura fundiária se caracteriza de um lado pela grande propriedade – latifúndio – com pecuária extensiva, e por outro pela pequena propriedade – minifúndio. Na década de 80, alguns estudos procuraram caracterizar os movimentos de luta pela terra como luta de conquista e não de resistência (GEHLEN, 1983).

Nos estudos sobre o sindicalismo, alguns autores preocuparam-se com o processo histórico de formação dos sindicatos de trabalhadores rurais, na conjuntura 1945-1964, a qual apresentaria dois aspectos principais:

o primeiro deles relaciona-se aos esforços em estabelecer direitos mais favoráveis aos trabalhadores rurais, tanto no que se refere à Constituição quanto à legislação trabalhista. [...] O segundo aspecto foi a defesa constante da própria sindicalização. [...] Muito do movimento sindical no período em estudo esteve voltado precisamente para organizar o homem do campo em sindicatos, associações e ligas. (COSTA, 1996, p. 5)

Como resultado, a formação do sindicalismo rural apresentou, desde sua origem, duas faces contraditórias: por um lado, representa os interesses dos trabalhadores, que contestam a grande propriedade improdutiva e as relações de dominação patrimonialistas no campo; por outro, expressa uma estratégia de cooptação política por parte do Estado, visível ao longo dos anos 60, e, principalmente, logo após a aprovação do Estatuto da Terra. O Estatuto “abre caminho para que o governo federal enquadre e administre institucionalmente as reivindicações e os surtos de inquietação camponesa”, criando “a possibilidade da reforma agrária localizada e restrita nas áreas de tensão social grave, ao mesmo tempo em que descarta a possibilidade de uma reforma agrária de âmbito nacional” (MARTINS, 1981, p. 31). Além disso, o Estatuto do Trabalhador Rural estabelece o processo de fundação, organização e reconhecimento dos sindicatos, definindo o significado de empregador rural e de trabalhador rural, para fins de sindicalização, e estende aos trabalhadores rurais alguns direitos trabalhistas dos trabalhadores urbanos, utilizando a infra-estrutura dos sindicatos para o encaminhamento de consultas médicas, dentárias, hospitalização e aposentadoria. Ao mesmo tempo, a nova legislação possibilitava a substituição dos líderes sindicais mais combativos, a fim de que o governo pudesse reprimir e controlar os movimentos sociais, desarticulando o movimento camponês em seu conjunto.

A partir da década de 70, entretanto, em algumas regiões, seja pelo apoio da Igreja Católica, seja pelos efeitos excludentes dos grandes projetos hidrelétricos ou em regiões de colonização coordenada pelo Estado, “os sindicatos, expressão formal de muitos conflitos ocorridos, dirigem-se, no processo de luta, contra o Estado” (ARAÚJO, 1990, p. 18)

Esses estudos, de um modo geral, fizeram uma reflexão mais ampla sobre o papel do sindicalismo na luta dos pequenos produtores pela posse e uso da terra. Constataram a preocupação predominante do sindicalismo com os aspectos econômicos da unidade produtiva e com aqueles relativos à seguridade social, além de seu pouco interesse nas lutas políticas que poderiam questionar a distribuição de recursos e as relações de poder na sociedade brasileira.

Ocorreu, nesse passo, uma crise de representação do movimento sindical, nos anos 90, devido à impossibilidade de entender as mudanças da realidade da base sindical, pois “não consegue nem se reciclar [...] nem abrir espaços de realização para novas categorias sociais emergentes” (RICCI, 1999, p. 208). Nessa crise originada pela heterogeneidade das categorias sociais no campo, tampouco pode perdurar “uma lógica institucional que prestigiou a direção e a verticalização das ações, dificultando a mobilidade no interior do movimento sindical de trabalhadores rurais” (RICCI, 1999, p. 210). Ou seja, encontramos a crise da estrutura sindical rompendo com a própria capacidade de representação de interesses dos trabalhadores rurais e camponeses, crise muitas vezes acobertada por “discursos ideológicos” quanto à diferenciação da base social dos sindicatos (COLETTI, 1998, p. 30-31). Não foi surpreendente, então, que uma série de “novos movimentos sociais” passasse a assumir a luta política no campo, competindo pela hegemonia da representação dos trabalhadores rurais, posseiros, pequenos arrendatários e camponeses, em distintas regiões do território brasileiro (TAVARES DOS SANTOS, 1992).

A luta pela terra, a partir de meados dos anos 80, passou a ser conduzida por uma organização não sindical, o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST). No bojo do surgimento dessa organização estavam as lutas pela terra que, após o período de silêncio a que os atores sociais foram submetidos durante a Ditadura Militar, e na recusa à colonização, tiveram reinício em 1978 no estado do Rio Grande do Sul (GEHLEN, 1983).

Configura-se um feixe de trajetórias sociais, algumas de oposição à política de colonização na Amazônia, desenvolvida pela Ditadura Militar, outras de reafirmação da terra como espaço de vida e de trabalho. Esta posição social espaço-temporal configura tanto o existir enquanto camponeses como a cristalização de trajetórias, de vários grupos camponeses diferenciados (TAVARES DOS SANTOS, 1993).

Nas reivindicações dos camponeses em luta “estão representados o passado próximo, nas transformações ocorridas no campo pela instauração da política de desenvolvimento agropecuário do regime militar; o presente, pelas ocupações realizadas e pela nova forma de organização do movimento; e o futuro, pelo país que têm de construir” (FERNANDES, 1996, p. 80). Memórias de violências e de lutas configuram a atualidade dos conflitos pela terra, cuja dimensão de espaço de socialização política como espaço de luta e de resistência foi assinalada por Fernandes enquanto ocupação da terra não produtiva, ato político que faz com que os trabalhadores mostrem à sociedade que a questão fundiária existe, com a existência de terras improdutivas.

## **Conflitualidade e violência nos espaços agrários**

A realidade brasileira apresenta uma ampla conflitualidade e um aumento da violência nos espaços sociais agrários, nos quais existem graves violações de direitos humanos. As análises sobre a violência agrária podem ser melhor compreendidas se lembrarmos que os estudos sobre as manifestações de violência na sociedade brasileira começaram especificamente com a análise da violência no espaço agrário, além dos estudos sobre o uso da violência no modo de produção escravista colonial.

Parece-nos que a violência permanente e ubíqua na sociedade brasileira tem sido esquecida por muitos cientistas sociais: a teoria do campesinato, seja em sua versão marxista, seja em sua versão chayanoviana, tendeu a considerar de forma substancialista os grupos camponeses, de modo totalizante e não percebendo fraturas no seu interior, a não ser de modo vertical, de acordo com o volume de meios de produção disponíveis ou de bens de consumo. Pouca atenção foi dada à diferenciação horizontal dos grupos ou sobre algum conflito interno à família camponesa. Talvez por isso não tenhamos prestado atenção às múltiplas formas de violência presentes no espaço agrário brasileiro, em diferentes planos.

A desigualdade social e a assimetria de poder entre as classes, frações de classe e grupos sociais no campo é evidenciada por todos os indicadores, sendo historicamente mantida na sociedade brasileira, assim como a impunidade dos agentes das ações

violentas. As relações sociais no campo contêm a violência contra a pessoa como base de sua dinâmica, apresentando uma realidade agrária na qual o suplício do corpo é permanente. Estudos agrários recentes revelam dimensões históricas e atuais da violência no campo.

A conflitualidade social nos campos e florestas configura-se pela violência e pelas lutas sociais, tendo, quase sempre, como motivação principal, as disputas em torno da propriedade e do uso da terra. Como indica Wanderley (1998, p. 30), “ao longo de sua história, o campesinato brasileiro sempre esteve confrontado, sob diversas formas, ao latifúndio dominante”. Os camponeses em luta procuram, por um lado, escapar de sua órbita, e por outro, criar condições para sua reprodução, principalmente em regiões onde as propriedades familiares são pequenas demais para viabilizar a inserção produtiva das novas gerações, questionando o uso improdutivo das grandes propriedades territoriais.

Giralda Seyferth estudou a dimensão histórica da violência agrária em uma região de camponeses, no sul do Brasil. Ela mostra que, na maior parte dos casos registrados na documentação oficial como “motins”, “tumultos”, “desordens” e “levantes”, a ação dos colonos foi dirigida contra a administração da colônia, a qual representava, ali, o Governo (SEYFERTH, 1999).

A memória das lutas agrárias atuais foi reconstruída no estudo de Aloísio Ruscheinsky, preocupado com a configuração do conflito instaurado no contexto da reforma agrária no sul do país, nas últimas duas décadas, no bojo dos quais “se constrói a solidariedade e a oposição à demanda pela terra”. Analisou as representações sociais que os trabalhadores rurais têm da luta pela terra, e verificou como encaram a luta social no contexto da memória e do conflito, das ocupações e acampamentos, do exercício da violência e busca de segurança, e do confronto pedagógico ante o poder político (RUSCHEINSKY, 1999).

A continuidade da violência agrária constitui a trama da sofisticada argumentação sociológica de Maria Aparecida Moraes Silva, na pesquisa sobre o Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Nela, analisou a expropriação do campesinato: “tal expropriação, culminando com a tomada das terras e destruição de parte do campesinato, não ocorreu, em sua quase totalidade, por intermédio da violência aberta, mas, ao contrário, da violência escondida e legal, ou seja, da violência monopolizada pelo Estado, com a promulgação de leis que implementaram os projetos de modernização nesta região” (MORAES SILVA, 1999, p. 27). A autora trabalhou tanto com a perspectiva das classes sociais quanto com as dimensões étnicas e de gênero, a fim de configurar uma condição social de restrita cidadania e de vigência da violência como relação social costumeira, ainda que vislumbre alternativas de inovação histórica. A mesma região já tinha sido objeto do olhar antropológico de Margarida Moura, pois “a expulsão dos camponeses da terra e a invasão da terra de camponeses constituíram-se em objeto privilegiado à observação das violências materiais e simbólicas” (MOURA, 1988, p. 197), o que permitiu à Autora concluir que “a lógica dos conflitos sociais nessa área sertaneja é a expulsão e a invasão das terras dos lavradores” (MOURA, 1988, p. 8).

A luta pela terra, a violência dos proprietários fundiários e a parcialidade do Estado no conflito agrário, pela criminalização da questão agrária, indicam a continuidade do processo de dilaceramento da cidadania no campo, mas revelam também o vigor das lutas agrárias. Os grupos sociais que reivindicam a redistribuição da propriedade fundiária, que querem manter a terra na qual têm morada habitual e cultura permanente, ou que tentam realizar o “sonho da terra”, precisam ser punidos. Nesse quadro, a violência física recoloca o direito à vida como questão limite dos camponeses e trabalhadores rurais.

Em particular, a violência vai atingir as crianças que, inseridas no processo de trabalho no campo, nas mais variadas regiões, passaram a experimentar as mesmas condições sociais de seus pais. Os padrões sociais de reprodução da sociedade brasileira, marcados pela produção social da exclusão, formaram um contingente de população imatura que se caracteriza, nas palavras de Martins, por serem “crianças sem infância”, pois, na sociedade periférica, “a criança absorvida, já como mão-de-obra excedente, pelo

mercado de trabalho, tem o seu destino inteiramente submetido ao processo de reprodução do capital e da sociedade" (MARTINS, 1993, p. 10).

Deve-se ressaltar que a maior ocorrência de assassinatos de crianças em conflitos de terra revela o quanto foram destruídos grupos familiares de camponeses, principalmente no período inicial do Governo Civil, quando se abriu uma relativa possibilidade de redistribuição fundiária no país. As mortes em acidentes de transporte para o trabalho atingem principalmente as famílias de trabalhadores diaristas, que recebem por tarefa, motivo da presença de crianças que vêm a completar o grupo familiar. Finalmente, as mortes de crianças em acampamentos de colonos e trabalhadores sem-terra expressam a precariedade da vida dessas famílias (NEVES, 1999; TAVARES DOS SANTOS, 1992, 1993).

Cabe incluir, nessas formas de violência, a utilização de homens em relações de trabalho análogas ao trabalho escravo, ou seja, "pessoas contra as quais são praticadas formas extremas de exploração e dominação, baseadas na violência física e/ou simbólica e referidas como formas atuais de escravidão" (ESTERCI, 1994, p. 7; SUTTON, 1994). A ocorrência de mortes em situações de trabalho escravo denota a brutalidade dessa relação de trabalho presente no quadro da modernização da agricultura brasileira.

Trata-se de tecnologias de poder que se exercem sobre os homens, com o fim de, ao mortificar os corpos – seja pelos "crimes por encomenda" ativados pelo "sistema da pistolagem" (BARREIRA, 1998), seja pelas "chacinas" de grupos sociais – provocar um efeito-de-demonstração para silenciar, punir e docilizar os vivos, tecnologia de poder eficiente, cruel e alimentada pela impunidade.

Pode-se indicar, ainda, a violência simbólica presente nas relações sociais e culturais entre populações da Amazônia, entre seringueiros e colonos, envolvendo uma gama de avaliações recíprocas marcadas por um olhar objetivante e estigmatizante. Teixeira colocou "em evidência as representações culturais que esses grupos constroem a respeito da natureza, possibilitando, dessa maneira, a elaboração de uma visão compreensiva de suas práticas sociais" (TEIXEIRA, 1999, p. 17). Este trabalho oferece o relato de um encontro entre populações migrantes, que passaram por vários territórios, movidas por uma vontade de construir um novo tempo, alimentadas por sonhos de uma terra e de uma vida melhor; permite, pela reconstrução densa, conhecer seus valores culturais, seus mitos, seus medos e suas esperanças.

Semelhante percepção de componentes da violência simbólica possibilitou a Grossi Porto realizar uma profícua "busca de uma compreensão sociológica das relações entre tecnologia e violência, para perceber determinadas circunstâncias, a partir das quais torna-se possível afirmar que a tecnologia se constitui em uma forma de violência" (GROSSI PORTO, 1997, p. 178). Analisando os efeitos da tecnologia sobre o modo de produzir de trabalhadores rurais, a autora chegou à conclusão de que "a desqualificação deste trabalhador como sujeito de um saber específico", "socialmente construída no bojo das transformações advindas do processo de modernização da agropecuária, subverte, por assim dizer, valores centrais do processo de socialização deste trabalhador, afetando as formas de construção de sua identidade e de suas representações" (GROSSI PORTO, 1997, p. 200).

Sintetizando as informações disponíveis, podemos traçar algumas características da violência no campo: trata-se de uma violência difusa, de caráter social, político e simbólico, envolvendo tanto a violência social como a violência política. Neste caso, ela se exerce, frequentemente com alto grau de letalidade, contra alvos selecionados (contra as organizações dos camponeses e trabalhadores rurais) e seus agentes são membros da burguesia agrária, fazendeiros e comerciantes locais, mediante o recurso a "pistoleiros" e milícias organizadas. Também se registra a presença do aparelho repressivo estatal, comprovado pela freqüente participação das polícias civis e militares. Enfim, a omissão de membros do Poder Judiciário reforça o caráter de impunidade. Como resultado, produz-se a carência do acesso ao Poder Judiciário para as populações camponesas e dos trabalhadores rurais, resultando em uma descrença na eficácia da Justiça para resolver

conflitos ou mesmo para garantir direitos constitucionais, como o direito da função social da terra.

## Questões agrárias no Brasil no final do século XX

Uma das características indicativas de mudanças nas análises sociológicas sobre o rural nos anos 90 – reflexo das próprias transformações ocorridas na realidade – é a dissociação entre ‘rural’ e ‘agrícola’, que prevalecia nos estudos realizados nas décadas anteriores<sup>9</sup>. Nesse sentido, estudos relativamente recentes dedicaram-se ao exame da pluriatividade<sup>10</sup>, isto é, da adoção, por membros das famílias de produtores rurais, de atividades inseridas nos setores industrial ou de serviços e da convivência de atividades agrícolas e não agrícolas no espaço rural. Nesses estudos, são destacadas, por um lado, as mudanças ocorridas na produção agrícola, as quais levaram ao aumento da produtividade do trabalho e que ocasionaram o êxodo rural, mas que também liberaram das atividades agropecuárias parte dos membros das famílias de produtores rurais; por outro lado, as transformações ocorridas na produção industrial, que, em alguns setores, incentivaram a descentralização e a demanda por trabalhadores originários do meio rural.

Destaca-se, também, a ampliação de empregos ou atividades produtivas no setor de serviços e o aumento de empregos na administração pública, principalmente no final da década de 80, quando foram criados muitos novos municípios no País. Ao examinar as unidades produtivas familiares, investiga-se a importância e a reorganização da produção destinada ao mercado, assim como a produção para a auto-subsistência e a reorganização do trabalho no interior dos estabelecimentos, com ênfase no trabalho da mulher e dos filhos. Investiga-se, ainda, o mercado de trabalho local, com ênfase nas atividades pluriativas mais importantes, que variam segundo as condições locais.

Desde meados dos anos 80, e ao longo da década de 90, a discussão em torno da possibilidade ou necessidade de realização de uma reforma agrária voltou a ocupar o palco político do país, como consequência do acirramento dos conflitos no campo registrados naqueles anos. Primeiramente os conflitos envolveram ‘posseiros’ e ‘rendeiros’, ‘foreiros’; posteriormente, lutas de camponeses em torno da propriedade da terra, caracterizadas por acampamentos e ocupações de terras, lutas que estiveram na raiz da fundação do Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST), em 1984 e 1985<sup>11</sup>. Cedendo à pressão dessas lutas, o Governo Federal ampliou o número de projetos de assentamentos no país (BARP, 1997).

A dimensão cultural dos trabalhadores sem terra começou a ser estudada, nos anos 90, a partir de uma preocupação em identificar nos “sistemas culturais” uma “transição cultural”, marcada pela coexistência entre um “ethos parcelar” e um “ethos trabalhador rural”, orientada para uma prática política radical, distintiva e inovadora dos sem terra em movimento (GAIGER, 1994, p. 193; 1996). Na mesma linha, tem se investigado “as lutas simbólicas” dos trabalhadores sem terra, em especial porque “o mito do coletivo é central para compreender esse movimento, principalmente na tensão que parece exercer, em seu pólo contraditório, o mito do indivíduo” (CRUZ, 1996, p. 59).

<sup>9</sup> Um exemplo dessa dissociação é apresentada no livro de Galland e Lambert (1993) sobre os jovens rurais franceses, dos quais apenas uma pequena parte (menos de 20%) são filhos de agricultores.

<sup>10</sup> Com destaque para as dissertações de mestrado de Sacco dos Anjos (1995) e Schneider (1999), publicadas em livro, e a tese de doutorado de Schneider (1999). O livro de Carneiro (1998), resultado de sua tese de doutorado, vai numa direção semelhante, embora seu foco de análise tenha sido os agricultores franceses. Vale mencionar ainda Carneiro, 1998; Medeiros e Ribeiro, 1998.

<sup>11</sup> Entre os estudos realizados, pode-se mencionar o livro de Bergamasco e Norder (1996) e os livros coletivos organizados por Medeiros et alii (1994); Schmidt, Marinho e Rosa (1998), em que são apresentados resultados do Censo da Reforma Agrária, realizada em praticamente todos os estados brasileiros, cuja coleta de dados foi efetivada entre dezembro de 1996 e janeiro de 1997; e Medeiros e Leite (1999), no qual são feitas análises sobre assentamentos em seis estados brasileiros: Rio Grande do Sul, São Paulo, Rio de Janeiro, Sergipe, Mato Grosso e Acre.

Os assentamentos rurais de pequenos produtores tornaram-se um tema recorrente de pesquisa nas ciências sociais brasileiras. A abordagem analítica desses estudos é bastante semelhante à da produção familiar na agricultura, embora inclua especificidades próprias aos novos assentamentos, tais como as experiências de organização cooperativa (seus sucessos e insucessos, os conflitos que se originam e a desintegração que ocorre em muitas dessas experiências) e a problemática da origem diferenciada dos assentados (formada por filhos de agricultores, ex-trabalhadores rurais assalariados e trabalhadores urbanos).

Ao avaliarem os resultados econômicos dos assentamentos, várias pesquisas têm contribuído para a discussão sobre as possibilidades de implantação de uma política de reforma agrária no Brasil (ver, por exemplo, o debate em torno do estudo da FAO, em ROMEIRO et alii, 1994; LEITE, 1992; ZAMBERLAM e FLORÃO, 1991; LEITE, 1984). Outro veio analítico dos assentamentos dá-se em torno da diferenciação, tendo em vista que, mesmo que em termos médios os assentados tenham apresentado melhorias após sua instalação, no interior dos assentamentos desenvolveu-se uma forte heterogeneidade. Para alguns (CASTRO et alii, 1988), questionando um programa que prevê essencialmente o acesso à terra para camponeses despossuídos, a diferenciação interna dos assentamentos pode provocar, no futuro, sua desestruturação. Para outros (como GUANZIROLI, 1990), considerando que os assentados originam-se na camada pobre da população, mesmo apresentando diferenciação interna, a reforma agrária pode representar um processo de distribuição de renda na sociedade como um todo, ainda que fundamentada apenas no acesso à terra. Navarro (1996) vai na mesma direção, ao introduzir a questão da democratização da sociedade rural, viabilizada pela distribuição de terra a indivíduos provindos das camadas pobres da população. Medeiros e Leite (1998, p. 158) destacam que “os resultados apresentados têm sido cruciais para romper com uma tendência, marcada por um certo romantismo e fortemente influenciada pela imagem que os grupos procuram passar deles mesmos, que é a de certo comunitarismo interno, negando-se tensões inerentes aos processos sociais”.

Um pequeno grupo de pesquisadores brasileiros, acompanhando uma tendência registrada em outros países, principalmente após a realização da Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente realizada no Rio de Janeiro em 1992, começou a focalizar sua atenção na relação entre agricultura e meio ambiente (ALMEIDA e NAVARRO, 1997), numa perspectiva de desenvolvimento rural sustentável, a qual requer a interface da sociologia com outras disciplinas (interdisciplinaridade). Esses estudos, de um modo geral, procuram analisar experiências de organização e implantação de projetos de desenvolvimento rural sustentado, suas concepções e idéias de mundo e os confrontos que mantêm com os adeptos da chamada agricultura convencional.

A questão da relação entre os estudos agrários e o meio ambiente foi analisada criteriosamente, com densidade teórica, por Guivant (1994; 1995; 1997), que propõe um diálogo interdisciplinar e complexo como condição necessária para que seja possível a construção de análises relevantes sobre a questão da sustentabilidade no meio rural. De modo análogo, as relações entre meio ambiente, processo de globalização e transformações do trabalho foram cuidadosamente estudadas, numa perspectiva comparativa, pelos Autores reunidos em torno de Josefa Cavalcanti, trazendo “ao debate as questões da sustentabilidade, dos níveis de regulação e do controle sobre a produção e o trabalho, permeadas por mudanças tecnológicas e tipos de atuação dos atores sociais envolvidos” (CAVALCANTI, 1999), principalmente em áreas agrícolas reconvertidas à exportação.

Finalmente, uma agenda de pesquisas sobre as relações entre Estado, tecnologias e sociedade agrária, desenvolvida principalmente na Universidade de Brasília, possibilitou chegar a resultados substantivos para a compreensão dos dilemas atuais no mundo rural. Por um lado, a matriz analítica definiu o caráter social e político da tecnologia; por outro, foi indicado o papel do Estado na produção e difusão das novas tecnologias; finalmente, estudaram os impactos de tal difusão entre os diferentes tipos de produtores agropecuários (FIGUEIREDO, 1989). O desenvolvimento dessa agenda permitiu a um conjunto de



pesquisadores definir a “questão tecnológica na agropecuária e sua politização, privilegiando, agora, a diversidade que caracteriza o campo brasileiro na atualidade. [...] A politização da tecnologia é apreendida por distintos olhares e dimensões, uma vez que se buscou analisá-la pela ótica dos vários segmentos sociais que, direta ou indiretamente, nela interferem e são afetados pela produção tecnológica para o campo brasileiro” (GROSSI PORTO, 1997, p. 12)

A crise agrária, os problemas agrícolas e a relação extorsiva com o meio ambiente, assim como as possibilidades de eclosão da violência nas relações sociais, em particular no espaço agrário, expressam uma grave questão agrária, no Brasil do final do milênio. Ao mesmo tempo, a paradoxal relação entre modernização, violência e lutas sociais produziu um processo de organização das populações rurais no contexto das transformações da sociedade brasileira; e a estrutura social desigual, a concentração da propriedade da terra e os processos de exploração econômica foram, também, geradores de um processo de organização social, desde o início do século XX, tanto entre as classes dominantes agrárias, quanto entre os trabalhadores rurais, trabalhadores sem-terra e camponeses. As formas de protesto e de luta social das classes subordinadas agrárias foram múltiplas: do messianismo, em vários estados brasileiros<sup>12</sup>, ao banditismo social, das ligas camponesas aos sindicatos, das comissões de base às associações de produtores, chegando aos vários movimentos de luta pela terra na atualidade (GEHLEN; BICA DE MELO, 1997).

Ao longo do século XX, as trajetórias de camponeses, trabalhadores rurais e trabalhadores sem-terra forjaram lutas sociais diversificadas, lutas pela terra, pelo valor do produto e pelos direitos do trabalho, reivindicando uma ampliação dos direitos de cidadania e contribuindo para o inconcluso processo de democratização da sociedade brasileira. Multiplicam-se, assim, as experiências para pensar uma “outra agricultura”, em termos de alternativas tecnológicas, sociais e culturais (FERREIRA e BRANDENBURG, 1998), visualizando, a partir das lutas sociais, “a criação de relações sociais democráticas” no espaço agrário (D’INCAO e ROY, 1995). Tentamos, orientados por perspectiva semelhante, lembrar que os cientistas sociais não estiveram ausentes desse processo, colaborando para a compreensão dos processos sociais agrários ao reconstruir, sociologicamente, caminhos de sofrimentos e de esperanças.

## Referências bibliográficas

- ABRAMOVAY, R. Paradigmas do capitalismo agrário em questão. São Paulo: HUCITEC, ANPOCS, Editora da UNICAMP, 1992.
- ALMEIDA, J.; NAVARRO, Z. (orgs.). Idéias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1997. 323p.
- AMADO, J. Conflito social no Brasil: a revolta dos ‘Mucker’: Rio Grande do Sul, 1868-1898. São Paulo: Símbolo, 1978.
- ANDRADE, M. C. A terra e o homem no Nordeste. São Paulo: Brasiliense, 1964.
- ANDRADE, M. C. A Geografia e a questão social. Maceió/Recife: Editoras das Universidades Federais de Alagoas e Pernambuco, 1997.
- ANTUNIASI, M. H. R. (coord.); BERGAMASCO, S. M. P. P. São Paulo no Nordeste. Bibliografia sobre a produção familiar na agricultura brasileira. São Paulo: FINEP/ UNESP-Campus de Botucatu, 1985.

<sup>12</sup> Além dos estudos clássicos de Pereira de Queiroz (1976), Monteiro (1974) e Amado (1978), entre outros, os recentes estudos de Fachel (1995) e Arruda (1993).

ARAÚJO, M. L. C. Na margem do lago: um estudo sobre o sindicalismo rural. Recife: Editora Massangana, 1990.

ARRUDA, J. Canudos: messianismo e conflito social. Fortaleza: Editora da UFC, 1993.

BAETA NEVES, C. E. A pós-graduação em sociologia no Brasil. Trabalho apresentado no Seminário “O Sistema de Pós-Graduação em Ciências Sociais”, promovido pela ANPOCS, em Lavras, no Rio de Janeiro, de 21 a 23 de agosto de 1991. (mimeografado)

BARP, W.; SINED, C. et alii. O processo de colonização em Rondônia. Porto Velho: FUFR, 1990.

BARP, W. J. Fronteira da cidadania: cartografia da violência na Amazônia brasileira. Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade de Campinas. Campinas, 1997. (tese de doutorado)

BARREIRA, C. Crimes por encomenda: violência e pistolagem no cenário brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1998.

BARREIRA, C. Trilhas e atalhos do poder. Rio de Janeiro: Rio Fundo, 1992.

BASTOS, E. R. As ligas camponesas. Petrópolis: Vozes, 1984.

BERGAMASCO, S. M. P. P.; NORDER, L. A. C. O que são assentamentos rurais. São Paulo: Brasiliense, 1996 (Coleção Primeiros Passos).

BRUMER, A. A pesquisa rural no Sul do Brasil. Trabalho apresentado no Seminário “Os caminhos da Pesquisa Rural no Brasil”, Recife, 17-18 de agosto de 1989. 57 pp. (mimeografado)

BRUMER, A.; TAVARES DOS SANTOS, J. V. Editorial. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, PPGS, UFRGS, 6, pp. 3-8, 1994. (Número especial sobre Produção Familiar, processos e conflitos agrários)

BRUNO, R. Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agro-industriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997.

CÂNDIDO, A. Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação de seus meios de vida. 3.ed. São Paulo: Livraria Duas Cidades, 1975. 284p. (publicado pela primeira vez em 1964, pela Ed. José Olympio)

CARNEIRO, M. J.; GIULIANI, G. M.; MEDEIROS, L. S.; RIBEIRO, A. M. M. Campo aberto: o rural no estado do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998.

CARNEIRO, M. J. T. O ideal rurbano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R. Costa, Luis Flávio de Carvalho. Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998.

CARNEIRO, M. J. Camponeses, agricultores & pluriatividade. Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria, 1998. 228 pp.

CARVALHO FRANCO, M. S. Homens livres na ordem escravocrata. São Paulo: Instituto de Estudos Brasileiros – USP, 1969.

CASTRO, M. H. M.; CARVALHO, M. E.; VELASCO, L. O. M. Reforma Agrária – um estudo preliminar. Reforma Agrária, Campinas, 18 (1): 5-35, abr-jul. 1988.

- CASTRO, S. P. et alii. A Colonização oficial em Mato Grosso: “a nata e a borra da sociedade”. Cuiabá: EDUFMT, 1994.
- CAVALCANTI, J. S. B. Globalização, trabalho e meio ambiente: mudanças sócioeconômicas em regiões frutícolas para exportação. Recife: Editora da UFPE, 1999. 366 pp.
- COLETTI, C. A estrutura sindical no campo: a propósito da organização dos assalariados rurais na região de Ribeirão Preto. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.
- COSTA, L. F. C. Sindicalismo rural brasileiro em construção. Rio de Janeiro: Editora da UFRJ, 1996.
- CRUZ, A. Sem-escola, sem-terra (para uma sociologia da expropriação simbólica). Pelotas, Editora UFPel, 1996.
- D’INCAO, M. C.; ROY, G. Nós, cidadãos: aprendendo e ensinando a democracia. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1995.
- DUARTE, L. M. G. Capitalismo & cooperativismo no RGS. Porto Alegre: L&PM, 1986.
- ECKERT, C. Movimento dos agricultores sem terra no Rio Grande do Sul: 1960-1964. Rio de Janeiro: UFRJ, CPDA, 1984. (dissertação de mestrado)
- ESTERCI, N. Conflito no Araguaia: peões e posseiros contra a grande empresa. Petrópolis: Vozes, 1987.
- ESTERCI, N. Escravos da desigualdade (um estudo sobre o uso repressivo da força de trabalho hoje). Rio de Janeiro: CEDI/KOINONIA, 1994.
- FACHEL, José Fraga. Monge João Maria: recusa dos excluídos. Porto Alegre, Editora da UFRGS, 1995.
- FERNANDES, B. M. MST: formação e territorialização em São Paulo. São Paulo: HUCITEC, 1996.
- FERRANTE, V. L. S. B. A chama verde dos canaviais (uma história das lutas dos bóias-frias). Araraquara, Faculdade de Ciências e Letras da UNESP, Tese de Livre Docência, 1992.
- FERREIRA, A. D. D.; BRANDENBURG, A. (org.) Para pensar outra agricultura. Curitiba: Editora UFPR, 1998.
- FIGUEIREDO, V. (org.) Estado, sociedade e tecnologia agropecuária. Brasília, UnB/Finep, 1989.
- GALLAND, O.; LAMBERT, Y. Les jeunes ruraux. Paris: INRA, L’Harmattan, 1993.
- GAIGER, L. I. A consciência radical: uma interpretação da prática política dos sem terra a partir do sistema cultural. XX Encontro da ANPOCS. Caxambu, outubro 1996. (mimeografado)
- GAIGER, L. I. A praxis coletiva dos sem terra : rumo à unidade ou à heterogeneidade cultural ? In: Cadernos de Sociologia. Porto Alegre, PPG – Sociologia do IFCH – UFRGS, n. 6, 1994. (Produção familiar, processos e conflitos agrários)

GAIGER, L. I. Agentes religiosos e camponeses sem terra no Sul do Brasil. Petrópolis: Vozes, 1987.

GARCIA JR., A. R. O Sul: caminho do roçado; estratégias de reprodução camponesa e transformação social. São Paulo: Marco Zero; Brasília: Editora Universidade de Brasília; MCT-CNPq, 1989. 285 pp.

GARCIA JR., Afrânio Raul. Terra de trabalho: trabalho familiar de pequenos produtores. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983. 236 pp.

GEHLEN, I.; BICA DE MELO, J. L. A dinâmica da agricultura no Sul do Brasil: realidade e perspectivas. In: Revista São Paulo em Perspectiva. São Paulo: Fundação SEADE, 1997, 11 (2), pp. 99-108.

GEHLEN, I. Uma estratégia camponesa de conquista da terra: o caso da Fazenda Sarandi. Porto Alegre: Curso de Pós-Graduação em Antropologia, Política e Sociologia, UFRGS, 1983. (dissertação de mestrado)

GNACCARINI, J. C. Latifúndio e proletariado. São Paulo: Polis, 1980.

GNACCARINI, J. C.; MOURA, M. M. Estrutura agrária brasileira: permanência e diversificação de um debate. BIB, Rio de Janeiro, n. 15, pp. 5-52, 1983.

GRAZIANO DA SILVA, J (coord.) Estrutura agrária e produção de subsistência na agricultura brasileira. São Paulo: Hucitec, 1978. 267 pp.

GRAZIANO DA SILVA, J. A industrialização e a urbanização da agricultura brasileira. São Paulo em Perspectiva, São Paulo, 7 (3), pp. 2-10, jul-set. 1993.

GRAZIANO DA SILVA, J. A nova dinâmica da agricultura brasileira. Campinas: Unicamp/Instituto de Economia, 1996.

GROSSI PORTO, M. S. Politizando a tecnologia no campo brasileiro. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1997.

GUANZIROLI, C. Agrarian reform in the context of modernized agriculture: the case of Brazil. Londres: University College, 1990. (tese de doutorado).

GUIVANT, J. S. "Encontros e desencontros da sociologia rural com a sustentabilidade agrícola. Uma revisão temática". Boletim de informações bibliográficas. Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS), 38, pp. 51-78, 1994.

GUIVANT, J. S. "A agricultura sustentável desde a perspectiva das ciências sociais". Meio ambiente, desenvolvimento e cidadania: Desafios para as Ciências Sociais. São Paulo: Cortés Editora/UFSC, 1995. pp. 99-133.

GUIVANT, J. S. "Heterogeneidade de conhecimentos no desenvolvimento rural sustentável", Cadernos de Ciência e Tecnologia, EMBRAPA, 14(3): pp. 412-447, set/dez. 1997.

HAGETTE, A. et alii. Balanço do conhecimento acumulado na bibliografia sobre a identidade dos produtores de baixa renda e caracterização de seus problemas. Fortaleza: UFC, DCSF, 1978. 173 pp. (relatório de pesquisa)

IANNI, O. Origens agrárias do estado brasileiro. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1984.

IANNI, O. A luta pela terra: história social da terra e da luta pela terra numa área da Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1978. 235 pp.

IANNI, O. Colonização e contra-reforma agrária na Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1979.

IANNI, O. O colapso do populismo. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968.

IOKOI, Z. M. G. Igreja e camponeses (Teologia da Libertação e movimentos sociais no campo : Brasil e Peru, 1964-1986). São Paulo: Hucitec/Fapesp, 1996.

JOLLIVET, M. La “vocation actuelle” de la sociologie rurale. Revue de l'ARF. Paris: RURALIA, 1, pp.111-132, 1997.

LEITE, S. A face econômica da reforma agrária: Estado e assentamentos rurais em São Paulo na década de 80. Rio de Janeiro: CPDA UFRRJ, 1992. (dissertação de mestrado)

LEITE, S. Por uma economia política da reforma agrária: custo de implantação e infraestrutura nos assentamentos rurais paulistas (1984-1989). In: MEDEIROS, L. et alii. (org.) Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. pp. 287-312.

LOUREIRO, M. R. G. Terra, família e capital: formação e expansão da pequena burguesia rural em São Paulo. Petrópolis: Vozes, 1987. 182 pp.

LOUREIRO, M. R. G. (org.). Cooperativas agrícolas e capitalismo no Brasil. São Paulo, Cortez, 1981.

LOVISOLO, H. R. Terra, trabalho e capital: produção familiar e acumulação. Campinas: Editora da Unicamp, 1989. 231 pp.

MARTINS, J. S. (org.). O massacre dos inocentes. 2.ed. São Paulo: Hucitec, 1993.

MARTINS, J. S. Caminhada no chão da noite. São Paulo: HUCITEC, 1989.

MARTINS, J. S. Exclusão social e a nova desigualdade. São Paulo: Paulus, 1997.

MARTINS, J. S. Expropriação e violência: a questão política no campo. 3.ed. São Paulo: HUCITEC, 1991.

MARTINS, J. S. O poder do atraso (ensaios de sociologia da História Lenta). São Paulo: HUCITEC, 1994.

MARTINS, J. S. Fronteira: a degradação do outro nos confins do humano. São Paulo: HUCITEC, 1998.

MARTINS, J. S. Os camponeses e a política no Brasil: as lutas sociais no campo e seu lugar no processo político. Petrópolis: Vozes, 1981. 185 pp.

MARTINS, J. S. Prefácio. In: BRUNO, R. Senhores da terra, senhores da guerra: a nova face política das elites agro-industriais no Brasil. Rio de Janeiro: Forense Universitária/UFRRJ, 1997. V-IX.

MEDEIROS, L. et alii (org.). Assentamentos rurais: uma visão multidisciplinar. São Paulo: Editora da UNESP, 1994. 329 pp.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. Perspectivas para a análise das relações entre assentamentos rurais e região. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (org.) Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares. Rio de Janeiro: Campus, 1998. pp. 151-176.

MEDEIROS, L. S. História dos movimentos sociais no campo. Rio de Janeiro: FASE, 1989.

MEDEIROS, L. S.; LEITE, S. (org.). A formação dos assentamentos rurais no Brasil: processos sociais e políticas públicas. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1999. 279 pp.

MONTEIRO, D. T. Errantes do novo século. São Paulo: Duas Cidades, 1974.

MORAES SILVA, M. A. Errantes do fim do século. São Paulo: Editora da Unesp, 1999. 370 pp.

MOURA, M. M. Os deserdados da terra. São Paulo, Bertrand Brasil, 1988.

MUSUMECI, L. O mito da terra liberta: colonização 'espontânea', campesinato e patronagem na Amazônia Oriental. São Paulo: Vértice/ ANPOCS, 1988. 419 pp.

NAVARRO, Z. Políticas públicas, agricultura familiar e os processos de democracia em áreas rurais brasileiras (com ênfase para o Sul do Brasil). Trabalho apresentado no Encontro Anual da ANPOCS, Águas de São Pedro, Minas Gerais, outubro de 1996. (mimeografado)

NEVES, D. P. A perversão do trabalho infantil: lógicas e alternativas de prevenção. Niterói: Intertexto, 1999.

NEVES, D. P. Assentamento rural: reforma agrária em migalhas; estudo do processo de mudança da posição social de assalariados rurais para produtores agrícolas mercantis. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997. 436 pp.(a)

NEVES, D. P. Lavradores e pequenos produtores de cana: estudo das formas de subordinação dos pequenos produtores agrícolas ao capital. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 212 pp.

NEVES, D. P. Os fornecedores de cana e o Estado intervencionista: estudo do processo de constituição social dos fornecedores da cana, no contexto da intervenção do Estado e da consolidação da interdependência entre agricultura e indústria, na região açucareira de Campos (RJ). Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1997. 382 pp. (b)

NEWBY, H. El desafío de la sociologia rural en la actualidad. Comercio Exterior, México, 32 (4), pp. 347-356, abril de 1982. Extraído de NEWBY, Howard. Rural Sociology. A Trend Report, Current Sociology, 28 (1), pp. 1-141, 1980.

NOVAES, R. R. De corpo e alma: catolicismo, classes sociais e conflitos no campo. Rio de Janeiro: Graphia, 1997. 238 pp.

PALMEIRA, M. G. S. Latifundium et capitalisme: lecture critique d'un débat. Thèse de 3ème Cycle, Université de Paris, 1971.

PAULILO, M. I. S. Produtor e agroindústria: consensos e discensos; o caso de Santa Catarina. Florianópolis: Editora da UFSC/Secretaria de Estado da Cultura e do Esporte, 1990. 182 pp.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. O messianismo no Brasil e no mundo. 2.ed. São Paulo: Alfa-Omega, 1976. 440 pp.

PEREIRA DE QUEIROZ, M. I. O campesinato brasileiro. Petrópolis, Vozes, 1973.

PORTO, M. S. G.; SIQUEIRA, D. E. A pequena produção no Brasil: entre os conceitos teóricos e as categorias empíricas. Cadernos de Sociologia, Porto Alegre, PPGS, UFRGS, 6, pp. 76-88, 1994.

RAMOS, M. P. O "novo" e o "velho" ruralismo no Rio Grande do Sul: um estudo sobre os integrantes da UDR. Santa Cruz do Sul: Unisc, 1995.

RIBEIRO, I. C. Pioneiros Gaúchos (a colonização do norte mato-grossense). Porto Alegre: Tchê! Editora, 1987.

RICCI, R. Terra de ninguém: representação sindical rural no Brasil. Campinas: Editora da Unicamp, 1999.

RIOS, G. S. L. Cooperativas agrícolas no nordeste brasileiro e mudança social. Piracicaba: USP, ESALQ, 1976. (dissertação de mestrado)

ROMEIRO, A.; GUANZIROLI, C.; PALMEIRA, M.; LEITE, S. (orgs.) Reforma Agrária: produção, emprego e renda – O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes, 1994. 216 pp.

RUSCHEINSKY, A. Memória e conflito: movimentos sociais e violência. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). Violências em tempo de Globalização. São Paulo: Hucitec, 1999. pp. 331-61.

SACCO DOS ANJOS, F. A agricultura familiar em transformação: o caso dos colonos-operários de Massaranduba (SC). Pelotas: Editora da UFPEL, 1995. 169 pp.

SCHMIDT, B.; MARINHO, D. N. C.; ROSA, S. L. C. (org.). Os assentamentos de reforma agrária no Brasil. Brasília: Editora da Universidade de Brasília, 1998. 306 pp.

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e industrialização; pluriatividade e descentralização industrial no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: Editora da Universidade, UFRGS, 1999. 205 pp. (a)

SCHNEIDER, S. Agricultura familiar e pluriatividade. Porto Alegre: Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFRGS, 1999. (tese de doutorado) (b)

SEYFERTH, G. Colonização e conflito: estudo sobre "motins" e "desordens" numa região colonial de Santa Catarina no século XIX. In: TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). Violências em tempo de Globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999. pp. 285-330.

SIGAUD, Lygia. Para que serve conhecer o campo. In: MICELI, S. (org.). Temas e problemas da pesquisa em ciências sociais. São Paulo: IDESP; Rio de Janeiro: Sumaré, 1992. pp. 30-42.

SIQUEIRA, D. E.; TEIXEIRA, J. G. L. C.; GROSSI PORTO, M. S. Tecnologia agropecuária e a organização dos trabalhadores rurais. Brasília: Departamento de Sociologia da Universidade de Brasília, 1991. pp. 57-89.

SOARES, L. E. Campesinato, ideologia e política. Rio de Janeiro: Zahar, 1981. 230 pp.

SORJ, B. Estado e classes sociais na agricultura brasileira. 2.ed. Rio de Janeiro: Guanabara, 1986. 162 pp.

SUTTON, A. Trabalho escravo: um elo na cadeia da modernização no Brasil de hoje. Goiânia: Comissão Pastoral da Terra, 1994.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. “Matuchos”, exclusão e luta: do Sul para a Amazônia. Petrópolis: Vozes, 1993. 282 pp.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Colonos do vinho: estudo sobre a subordinação do trabalho camponês ao capital. São Paulo: HUCITEC, 1978. 182 pp.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Crítica da Sociologia Rural e a construção de uma outra sociologia dos processos sociais agrários. In: Ciências Sociais Hoje. São Paulo: ANPOCS/Vértice, 1991. pp. 13-51.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Dominação e modos de organização rural no Brasil. In: Revista Crítica de Ciências Sociais. Coimbra: Centro de Estudos Sociais, 34, pp. 131-47, fev. 1992.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. Violência no campo: o dilaceramento da cidadania. In: Revista Reforma Agrária. Campinas, Abra, 22 (1), pp. 4-11, jan.-abr. 1992.

TAVARES DOS SANTOS, J. V. (org.). Violências em tempo de Globalização. São Paulo: HUCITEC, 1999.

TAVARES DOS SANTOS, J. V.; MILNITSKY-SHAPIRO, C. A violência urbana e rural contra a criança no Brasil: uma perspectiva interdisciplinar. In: Revista Humanas. Porto Alegre: IFCH/UFRGS, 16 (2), pp. 91-107, jul-dez. 1993.

TEDESCO, J. C. (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EdUPF, 1999.

TEDESCO, J. C. Terra, trabalho e família (racionalidade produtiva e ethos camponês). Passo Fundo: EdUPF, 1999.

TEIXEIRA, C. C. Visões da Natureza: seringueiros e colonos em Rondônia. São Paulo: Educ, Fapesp, 1999.

TEIXEIRA, Z. A. (coord.); CARVALHO, H. M.; SUÁREZ, M. Perspectiva de gênero na produção rural. Brasília: Estudos de Política Agrícola, nº. 22, IPEA. Junho de 1994. 77 pp.

TOMASI, N. D. Norte do Paraná: História e fantasmagorias. Departamento de História do Setor de Ciências Humanas, Letras e Artes da Universidade Federal do Paraná, 1997. (tese de doutorado).

VELHO, O. G. Capitalismo autoritário e campesinato. São Paulo: DIFEL, 1976. 261 pp.

WANDERLEY, M. N. B. O Brasil: agricultura familiar ou latifúndio? In: LAMARCHE, H. (coord.). A agricultura familiar: do mito à realidade. Campinas: Editora da Unicamp, 1998. v. 2, pp. 27-31.

WANDERLEY, M. N. B. Raízes históricas do campesinato brasileiro. In: TEDESCO, J. C. (org.). Agricultura familiar: realidades e perspectivas. Passo Fundo: EDIUPF, 1999. pp. 23-56.



WILKINSON, J. O Estado, a agroindústria e a pequena produção. São Paulo: Hucitec; Salvador: CEPA, 1986. 219 pp.

ZAMBERLAM, J.; FLORÃO, S. R. Impacto dos assentamentos na economia de 4 municípios na região de Cruz Alta. In: GORGEN, S. A.; STÉDILLE, J. P. (org.) Assentamentos: a resposta econômica da reforma agrária. Petrópolis: Vozes, 1991.

Recebido em: novembro de 2006

Aprovado em: novembro de 2006